



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Resultado 9º Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos

Data: 18 de novembro de 2025, das 09:30h às 13:40h

Local: Teams

1- Membros da CT e participantes

Setor	Nome	Representação	Órgão
Governo Federal	Ricardo Cavalcante Barroso	Titular	MMA
Governo Federal	Teresa Villac Pinheiro - Vice-Presidência	Titular	AGU
Governos Estaduais	Andréa Vulcanis	Titular	GO
Governos Municipais	Luís Marcelo Marcondes Pinto	Titular	ANAMMA /CO
Governos Municipais	Andréa Cristina de Oliveria Struchel	Titular	ANAMMA NACIONAL
Governos Municipais	Rafael Esteves da Silva	Suplente	ANAMMA/SE
Sociedade Civil e Trabalhadores	Ariene Bomfim Cerqueira	Suplente	WWF
Sociedade Civil e Trabalhadores	Damyres Moraes	Suplente	CONTAG
Setor Empresarial	Leonardo Estrela Borges	Titular	CNI
Setor empresarial	Bernardo r. Souto	Titular	CNC
Convidado MMA	Marcela Moraes	MMA	Diretora DSisnama
Convidada MMA	Julia Lopes Martins	MMA	Coordenadora CG Conama



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Convidada Sociedade Civil	Juliana Gatti		Instituto Árvores Vivas.
Convidada Sociedade Civil	Heloísa Dias		IA-RBMA
Convidado Sociedade Civil	Rubens Born		Fundação Esquel Brasil

2- Matéria

- a) **Apreciação da proposta de Resolução sobre Justiça Climática (Processo nº 02000.004578/2024-46).**

3- Resumo da Reunião

Após a verificação do quórum, o presidente da reunião, Ricardo Barroso, deu início à reunião. Inicialmente, desenvolveu-se um debate sobre a competência do Conama para tratar do tema da resolução, com base nos questionamentos apresentados pelo representante da CNI, Leonardo Borges, que apontou possíveis incompatibilidades entre alguns pontos propostos e as atribuições do Conselho. A partir das discussões, foram identificados pontos de vista divergentes, o que demandou deliberação. Ao final, deliberou-se, por maioria, pelo reconhecimento da competência do Conama para tratar do tema.

Em seguida, uma vez reconhecida essa competência, a reunião prosseguiu com a análise do conteúdo da proposta de resolução. A análise do conteúdo iniciou pelas definições, sobre as quais novamente houve o debate sobre a competência para defini-las, sendo que a definição do conceito de “trabalho degradante” recebeu a sugestão de supressão. Em seguida foi realizado o debate sobre os artigos da resolução, com foco nos destaques apresentados. A partir dos debates, os seguintes dispositivos receberam propostas de adequações: Art. 1º, inciso IV; Art. 2º; Art. 3º, inciso VII. O Art. 4º, embora a redação tenha sido discutida, foi deliberado pela maioria sobre a manutenção do texto original.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Foi solicitado pelo conselheiro Leonardo Borges, representante da CNI, o registro em ata da reunião sobre o entendimento de que o texto da proposta seria mais compatível com uma recomendação do que com uma resolução, em razão de seu conteúdo ter características de norma programática. Também foi solicitado o registro em ata da reunião, pela representante da Advocacia Geral da União, Tereza Villac, incluir na versão original do texto, no Art. 1º, Inciso IV, que trata do letramento racial e de gênero, o termo “terceirizados”, sendo uma alternativa para a redação sobre o tema proposta pela sociedade civil.

4- Resultado da reunião

- Depois de receber propostas para ajustes de redação, a matéria foi considerada aprovada pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.